

EVANILDO BECHARA: ENTRE A TRADIÇÃO GRAMATICAL E A NOVA CORRENTE MODERNA

Edileusa Gímenes MORALIS¹

Resumo: O trabalho ora desenvolvido pensa a autoria de gramática como um lugar de reflexão sobre o conhecimento lingüístico e a constituição histórica de uma língua, investigando, para tanto, duas obras de Evanildo Bechara, 1967 e 1969, ou seja, *Moderna Gramática Portuguesa* e *Curso Moderno de Português*.

Palavras-chave: Tradição. Autoria. Moderno.

Abstract: *This paper is intended to think about grammar authorship as a place for enquiry on the linguistic knowledge and the historical constitution of a language. Moderna Gramática Portuguesa (1967) and Curso Moderno de Português (1969), two publications by Evanildo Bechara, were under investigation.*

Key words: *Tradition; Authorship; Modern.*

I. INTRODUÇÃO

Pensamos a autoria de gramática como um lugar de reflexão sobre o conhecimento lingüístico e a constituição histórica de uma língua. É nesse campo de investigação de constituição de estudos de Português, no Brasil, que inscrevemos nosso trabalho, a partir de duas obras de autoria de Evanildo Bechara, 1967 e 1969, no sentido de estudar como o autor de gramática se significa ao enunciar sobre estudos gramaticais e sobre os avanços dos estudos lingüísticos, isto feito num percurso de significações.

Desse modo, mostramos, brevemente, que a articulação entre a história das idéias e a história da língua põe a questão do sujeito autor como alguém que produz um saber em condições determinadas, conforme se discute nos trabalhos sobre a história de constituição da língua nacional, a exemplo de Guimarães, Orlandi, Tarallo, Mariani, entre outros.

¹ Professora do Departamento de Letras do Campus de Alto Araguaia – UNEMAT – e doutoranda em Lingüística pelo IEL/ UNICAMP.

É nesse espaço de reflexão que apontamos que os textos de entrada (prefácios, agradecimentos e similares) das obras de Bechara instalam um lugar de conflito entre o velho - tradição gramatical - e o novo - mudança lingüística – apresentando-o como um autor cindido.

Para realização deste estudo, valem-nos da pesquisa de arquivo como fonte essencial para a seleção de obras e escritos do e sobre o autor em pauta, num estudo interpretativo a partir do diálogo com outros autores que trataram e/ou tratam o percurso de Constituição do Português do Brasil.

Diversas são as pesquisas que discutem a questão da Constituição do Português do Brasil, de modo que busca somar a estas investigações com a realização de uma breve análise sobre os textos de entradas das obras de Bechara (apresentações, prefácios, agradecimentos e similares), por representar este um participante ativo na elaboração de gramáticas normativas e pedagógicas – a serviço da escola, bem como enunciar sobre os avanços dos estudos lingüísticos, no Brasil, estando no lugar da tradição gramatical.

Para tanto, debruçamos-nos sobre textos e autores que traçam fios na história da autoria de gramáticas no Brasil, pontuando conceitos e tipos de gramáticas. Nossas leituras foram orientadas por Guimarães, Baldini, Orlandi, Morello e tantos outros estudiosos que realizam estudos sobre política de língua no país. Além disso, dialogamos com Aurox que, embora não realize estudos sobre política no país, formula e discute a questão da gramatização tal como aqui trabalhada.

O estudo ora desenvolvido é uma forma de compreender a história da Lingüística no Brasil, considerando, para tanto, o trabalho do lingüista Joaquim Mattoso Câmara Junior, o qual retomando a diferenciação de Said Ali sobre dois tipos de gramática descritiva, uma de ordem prática (a normativa) e outra de natureza científica, pontua-as em seu texto *Estrutura da Língua Portuguesa*.

2. LÍNGUA PORTUGUESA: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA

Variados são os registros da história da Língua Portuguesa. Registros estes que versam do Latim aos primeiros textos em

galego-português (séc. XII), passando pelo português europeu (do séc. XIV) aos dias atuais. Evidentemente que, a cada período, são-lhes atribuídos fatos históricos peculiares e características próprias. No entanto, o presente estudo debruçou-se sobre textos do período denominado “O Português do Brasil” pela razão que movimenta nosso interesse no processo de constituição do Português do Brasil.

Nessa direção, percorremos alguns caminhos que consideramos fundamentais para a compreensão dos fatos históricos e evolução do Português do Brasil.

2.1 Narrativa Histórica

Falar da história do Português do Brasil obriga-nos à remissão constante ao período colonial até a chegada de D. João VI ao Brasil, no ano de 1808. A narrativa que se segue servirá apenas para situar nossos possíveis leitores na compreensão dos fatos da colonização, bem como do movimento que constituiu um lugar de reflexão sobre a Língua do Brasil.

Os portugueses chegam ao Brasil, em 1500, porém a colonização do país só tem início em 1532. Nessa trajetória, a língua, fiel companheira, segue o destino dos homens que a falam, o que caracteriza a expansão da língua portuguesa em terras do além-mar.

Durante o processo de colonização, o português europeu passa a sofrer mudanças mais acirradas no contato com línguas africanas, em razão do forte tráfico de negros ocorrido durante a “construção” do país.

Apesar dessa tri-face (o português, os dialetos africanos e a língua geral) lingüística em terras brasileiras, sobressaía-se, ao lado desses falares, a chamada Língua Geral (o tupi) como meio de comunicação principal entre as etnias que aqui residiam. Essa Língua Geral é resultado da simplificação operada pelos jesuítas, os quais desenvolveram trabalho de catequização com os índios do país, visto que visavam ter êxito em seu apostolado.

Entre os fatos que concorreram para a longa prática dessa Língua Geral está o ensino aos filhos dos colonos portugueses cujas lições eram feitas em idioma tupi ao lado do português. Além disso, as bandeiras contribuíam para a expansão desse idio-

ma, considerando que entre os bandeirantes havia índios que os conduziam em suas entradas pelo sertão brasileiro, usando o *abaneém* como instrumento de comunicação entre eles, tornando esse falar a língua oficial dos bandeirantes.

Por muito tempo, o português e o tupi conviveram lado a lado como línguas de comunicação, situação em que o português era uma língua numericamente minoritária, embora politicamente principal: língua da administração.

Na segunda metade do século XVIII, a língua geral entra em decadência. Entre os fatos que concorreram para esse quadro está o decreto de Pombal, de 1757, obrigando ao uso exclusivo do português, fruto de modificações na política adotada por Portugal em relação à colônia, o que também resultou na expulsão dos jesuítas, que adotavam e ensinavam e ensinavam a língua geral. Além disso, a chegada de imigrantes portugueses em busca de ouro e diamantes concorreu para modificações na língua aqui falada.

Em finais do século XVIII e início do século XIX, surgem no teatro português as primeiras peças teatrais referentes a um personagem brasileiro, denominado quase sempre de “mineiro”. Entre as peças dessa época, a peça de 1788 (*O meserável enganado*) aponta algumas características de como se falava na época, retratando situações como: mi diga (diga-me), di lá (de lá).

A chegada do D. João VI ao Brasil e de 15 mil portugueses com a corte contribuem para relusitanisar o Rio de Janeiro, o que, conseqüentemente, reflete-se na língua falada no país.

Entretanto, a partir de 1822, quando o Brasil começa a se desprender da antiga metrópole, o país acolhe um fluxo muito grande de imigrantes vindos de vários países, em razão da escassez da mão-de-obra negra (fruto do fim da abolição da escravatura) e indígena, fortalecendo, desse modo, a grande miscigenação brasileira.

A questão da Língua do Brasil preocupava os brasileiros e principalmente os escritores e filólogos, no contexto das discussões sobre a independência nacional e do papel da cultura e da literatura, ou seja, originada no país, questão que suscitou inúmeras discussões na busca por uma língua verdadeiramente nacional.

No início do século XX, os contistas regionalistas escrevem com frequência a língua “rude”² do povo, porém alguns dos grandes escritores brasileiros da prosa e da poesia eram puristas, espelhando-se nos modelos dos grandes escritores portugueses (GLADSTONE, 1975, p. 22).

Todavia, vários movimentos ocorreram em defesa de uma língua brasileira, tendo como pano de fundo um nacionalismo exacerbado. No grupo conhecido por escola brasileira, a figura de Lobato é destaque, o qual escrevera o seguinte relato em defesa da língua brasileira:

Assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe (LOBATO, 1938 apud MELO, 1975, p. 19).

Um outro grupo é o dos nacionalistas com a publicação de Paulo Filho em 31 de janeiro de 1936 no *Correio da Manhã*:

Se não falamos, nem escrevemos na velha e tradicional língua portuguesa, se outros falares entre nós atuam, fatal ou decisivamente, para a sua evolução, por que o carrancismo e o ódio (sic) da gramatiquice estéril? Se o pensamento brasileiro não é mais o colonial, por que o apego às formulas que modernamente nada exprimem? A hora é de nacionalismo puro, sadio e progressista, com ideais nobres e elevados (PAULO FILHO, 1936 apud MELO, 1975, p. 24).

2.2 Português: Língua Controversa

Historicizar a Língua Portuguesa é relatar sobre as muitas discussões que remontam aos estudos de linguagem no Brasil e fora dele. Por razões político-culturais bastante controversas, muito se falou e se registrou sobre a supremacia de uma Língua Portuguesa sobre a outra. Supremacia esta circulada e enviesada dentro do nosso próprio território nacional ao afirmarem alguns que o português de um estado “x” é melhor que o do estado “y”, seja em aspectos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, etc.

² Entenda-se rude o falar resultante do contato lingüístico entre portugueses, africanos e indígenas.

A nós não interessa, pois, entrar nessa discussão de juízo de valor. Importa sim traçar um percurso de fatos fundamentais e pontuais no processo que se denominou gramatização brasileira.

Sabemos que os movimentos para renomeação do idioma do Brasil no século XX levantaram inúmeras discussões e causaram muitas controvérsias, fato relacionado em parte aos avanços tecnológicos do período, já que não havia um procedimento unificado para incorporação de novos termos na língua, razão que explica o fato de algumas palavras possuírem termos diferentes entre os dois países (comboio/ trem; autocarro/ônibus). Nomear a Língua do Brasil como Brasileira era para alguns romper com a tradição da colonização portuguesa, era o grito de liberdade em relação a aspectos culturais, sociais, econômicos, bem como lingüísticos. Tentava-se silenciar a colonização e mudar a história como forma de marcar a identidade de uma nação: a brasileira. Só que a história não se apaga pela renomeação da Língua Oficial. A história produz fatos que permanecem circulando na memória que é histórica.

É inegável que a “língua brasileira” provém de uma Língua Portuguesa e traz consigo uma gama de diferenciações produzidas pelo convívio de sociedades e culturas diferentes. Talvez o importante aqui fosse apontar que os diferenciais orais – de fonemas, de entonação de cadência, de ritmo, de palavras, de significações e as diferenças de temas como os traços estilísticos gráficos, ideológicos, afetivos e geográficos – foram modificados progressivamente. A natureza da questão que se impõe é compreender e aceitar que há uma língua no Brasil provinda da Língua Portuguesa (de Portugal), como há em outros países como Angola, Moçambique, onde cada uma se apresenta no pólo da diversidade. Diversidade essa fortemente pontuada no interior do Brasil. A língua é, pois, uma unidade que convive com a rica diversidade de unidades menores onde seus usuários particularizam suas falas. Segundo Houaiss (1985, p. 26), “[...] no Brasil e em Portugal durante um lapso de tempo (1820 a 1926) se produziu um equívoco na política lingüística tentando um ensino de língua que tinha como objetivo uma modalidade única do português – com uma gramática única – numa luta constante contra as variações até de pronúncia”.

De outro lado, impunha-se uma outra batalha de equívoco com se vê em: “[...] há brasileiros que por ‘reconhecerem’ que a língua é ‘deles’ querem uma ‘nossa’, preconizando um divórcio da política lingüística fortemente antilusitanizante; e há os que, ‘reconhecendo’ que a língua é ‘deles’, se esforçam por restaurar-lhe entre nós a pureza...” (ibidem, p. 27).

No universo lusófono sempre houve convicções fortes de que o ‘brasileiro’ deveria ser visto como “[...] um dialeto degenerescente do português e, por isso, algo anormal, que deveria, pois, voltar à normalidade” (ibidem, p. 28). Esse sentimento de recuperação dos padrões lusitanos no Brasil se viu tanto na prática teórica quanto na teatral, por parte daqueles que se viam como proprietários da língua.

A questão que se põe para nós é a de que há, hoje, um conjunto considerável de trabalhos sobre o português do Brasil. Autores como Guimarães – por exemplo – dedicam parte de seu tempo a estudar a constituição do Português do Brasil, de um ponto de vista histórico e enunciativo. E é desse lugar, especificamente, que abordaremos nosso objeto de estudo.

No lugar do reconhecimento de que todas as línguas têm história e são mutáveis ao longo dos tempos, não queremos descrever ou esclarecer como uma língua ou línguas expandem seus espaços e falantes. O fato é que do ponto de vista enunciativo queremos trazer à baila a inscrição de um sujeito autor da gramática em meio aos avanços dos estudos lingüísticos no Brasil e a força da tradição gramatical nos anos 60 do século XX, atuando, portanto, do lugar da reflexão enunciativa.

Guimarães diz que na perspectiva das idéias lingüísticas no Brasil, há entre seus objetivos abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas no Brasil. Nesse sentido, observa que é na segunda metade do século XIX que os estudos da Língua Portuguesa no Brasil proporcionam um modo específico de organização das idéias lingüísticas no Brasil. Tomando características próprias, os estudos do Português do Brasil procuram demonstrar, entre outros, que o Português que aqui se falava e escrevia era diferente do Português de Portugal. Outras questões, naturalmente, foram tomadas como objeto de investigação para marcar que o

que se produzia no Brasil era diferente do que se produzia em Portugal, a exemplo, as gramáticas.

A abordagem que se tem nesse processo é histórica e tem ponto de partida o final do século XIX – a considerar 04 períodos³ tratando de fatos político e institucional. O primeiro período (até 1789) não registra estudos de Língua Portuguesa feitos no Brasil. O segundo período (1857) é conhecido como o período gramatical, dada a produção de diversas gramáticas, as primeiras feitas por autores brasileiros. O terceiro período é marcado pela fundação das Faculdades de Letras que constituem lugar de pesquisa sobre questões de linguagem ligadas a um padrão literário e ao ensino. Nomes como os de Serafim de Silva Neto, Silveira Bueno, Mattoso Câmara, Nelson Rossi, Celso Cunha, fazem parte deste período. O quarto e último período configura importante progresso ao ingressar a Lingüística em 1965 nos currículos mínimos dos Cursos de Letras. Outro fato importante é a criação, na USP, do Curso de Pós-graduação em Lingüística (1966).

A partir desse último período intensifica-se o volume de estudos mais apurados sobre aspectos do português – em diferentes áreas do saber lingüístico e domínio científico.

É então nesse quarto período que localizamos nosso estudo, fazendo um recorte específico para tratar a produção gramatical de Evanildo Bechara no período de 1967 e 1969, a partir da enunciação de autoria, que para nós instala um conflito entre tradição gramatical e os avanços dos estudos lingüísticos.

2.3 Década de 1960: Um Novo Olhar sobre a Tradição Gramatical

A década de 1960 é o momento em que no Brasil ocorrem inúmeras modificações nos estudos de linguagem, provocando alterações significativas na política institucional de Ensino Superior.

A entrada da Lingüística, em 1965, no currículo mínimo dos Cursos de Letras segue uma decisão do Conselho Federal de Educação. Esta alteração curricular, conseqüentemente, é reflexo dos esforços dedicados de Joaquim Mattoso Câmara Junior em

³ Ver sobre os períodos em Guimarães, 1996, p. 127.

demonstrar que havia diferentes formas de abordar questões de história da língua.

É desse período a busca incessante, por parte de alguns gramáticos, da unidade da Língua Portuguesa. Esse sentimento vai aos poucos sendo reposto por uma outra visão menos classista, mas deixa transparecer ainda o ideal de uma unidade da língua escrita.

A entrada da Lingüística no Currículo mínimo dos Cursos de Letras e a criação, em 1966, do Curso de Pós-graduação em Lingüística da USP envidam esforços em trabalhos gramaticais que se dão em diferentes áreas do saber, nas quais muitos pesquisadores se dedicam a analisar a especificidade do Português do Brasil.

Os trabalhos que se seguem à década de 70 – com a criação do Curso de Pós-graduação em Lingüística na UNICAMP – contribuem para os avanços dos estudos lingüísticos no Brasil e abrem caminho para a reflexão de questões de linguagem em outras disciplinas de domínio da ciência lingüística como a semântica da enunciação, a sociolingüística, a lingüística histórica, a pragmática e a análise de discurso.

Naturalmente, não podemos falar da década de 60 sem lançar mão de dados anteriores e estudos posteriores – por compreendermos que os estudos de linguagem se constituem de um dizer e re-dizer que tece a história da língua. Nesse cenário, consideramos o sujeito da linguagem como alguém que enuncia num momento dado – afetado por uma historicidade e uma força ideológica que lhe são particulares. Nesse ponto, o autor da gramática é, para nós, o sujeito que produz uma tecnologia (a gramática) a partir de um lugar que tanto pode ser o da tradição, quanto o da modernidade dos estudos lingüísticos.

Antes de adentrarmos na especificidade de nosso objeto, procuramos retomar o processo de gramatização brasileira do português na voz de Guimarães e Orlandi, num diálogo sempre que necessário com Aurox, visto que este último formula e discute a questão da gramatização.

2.4 *A Gramatização Brasileira do Português*

A questão da língua no Brasil deve ser vista como uma questão nacional de grande relevância. Após a independência do Brasil intensificam-se as discussões sobre a autonomia da língua, tomando por base razões políticas que pontuam o possível desmembramento da língua falada no Brasil e a falada em Portugal. Corroborando essa idéia, em 1826, discute-se no parlamento um projeto que propõe que os diplomas dos médicos devam ser redigidos em “Linguagem Brasileira” (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 47).

O interesse em se firmar uma língua “genuinamente” brasileira, desmembrando-a do português de Portugal se fizera presente, com intensidade, a partir do século XIX, já que antes disso todo o investimento político e gramatical estava centrado no tupi, via trabalho dos jesuítas, ou no latim.

Há ruptura nos velhos padrões de ensino da língua, abrindo espaço para o período da gramatização do Português Brasileiro. Juntamente com a construção de um saber sobre língua nacional, abre-se espaço para a construção de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com uma língua própria, visível na gramática. Para Orlandi (1997, p. 11), quando “[...] individualiza-se o país, individualiza-se seu saber, individualiza-se seu sujeito político e social”.

No percurso de autoria de gramáticas no Brasil toma-se nas mãos a nossa história e por consequência a configuração de nossa sociedade. Isto porque ao assinar uma gramática o autor nos transfere seu saber sobre a língua numa sociedade de divisões sociais. O sistema republicano corrobora o desenvolvimento de instituições como a escola – num movimento que busca a elaboração consciente de um saber sobre a língua e as coisas do Brasil, por meio de projetos de ensino, elaboração de dicionários, gramáticas e antologias.

No Brasil o processo de gramatização surge como um movimento de afastamento lingüístico de Portugal. Pode-se perceber, então, que o processo de gramatização foi importante para a autonomia da língua, propiciando aberturas para se estudar questões lingüísticas sobre as que se refletem ainda hoje em nossa língua.

3. REFLEXÃO

Falar da autoria de gramática é falar de idéias lingüísticas, de questões da língua, da produção de um conhecimento sobre ela e, principalmente, da produção de instrumentos tecnológicos (AUROUX, 1992) ligados a ela (a gramática e o dicionário), além de sua relação com a história do povo que a fala. Na conceituação formulada por Auroux (1992, p. 65) “[...] por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”.

Tem-se que, antes do século XIX não havia a caracterização de estudos da linguagem sobre o Português do Brasil, uma vez que o investimento político e lingüístico no primeiro período da colonização esteve centrado na língua geral. Para Orlandi (1997, p. 14), “[...] a gramatização de uma língua indígena é o primeiro momento da análise de linguagem em território brasileiro (ou melhor, português)”. A questão se coloca a partir do século XIX como Português do Brasil e não somente como Português.

No jogo em que medem forças gramáticos brasileiros e portugueses pela instalação de uma língua nacional no Brasil, tem-se ao final do século XX a afirmação de que: “[...] apesar dos séculos de mudança e diferenciação mútua, há uma unidade lingüística entre Brasil e Portugal” (ibidem, p. 4).

Não se pode negar, conforme aponta Orlandi (ibidem, p. 18), que “[...] a gramatização de uma língua é parte da história da língua”. Desta feita, a língua que identifica o brasileiro é clivada de particularidades estruturais, mas ela é também a língua que os portugueses falam e escrevem com suas singularidades.

3.1 A Lingüística da Década de 1960

No período em que a Lingüística ganha força nos currículos mínimos dos Cursos de Letras e que se implantam Cursos de Pós-Graduação na USP e UNICAMP, localizamos nossa análise na tentativa de compreender a questão do sujeito autor de gramática na produção de significações de sua posição, pela análise da obra

de Bechara, especificamente, a “Moderna Gramática Portuguesa” (1967) e a “...” (1969) – Inserir os nomes das gramáticas analisadas.

A partir de agora, passamos a olhar o nosso objeto específico pelo modo como significa no movimento de constituição dos estudos lingüísticos no Brasil da década de 60.

3.1.1 *Moderna Gramática Portuguesa* (1967)

Ao tomarmos o prefácio da *Moderna Gramática Portuguesa*, de 1967, de Bechara entramos em contato com um sujeito/autor que enuncia, ao mesmo tempo, de dois lugares distintos. De um lado, tem-se o discurso da modernidade e, de outro lado, o da tradição gramatical.

O discurso da modernidade está presente na nomeação da própria gramática “Moderna Gramática Portuguesa” e, é reforçado pelo convite que faz o autor ao magistério brasileiro:

Ao escrever esta moderna gramática Portuguesa foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e me nosso país... (BECHARA, 1967, p. 21).

Ao tempo que enuncia a chegada do novo e do moderno nos estudos lingüísticos do Brasil, enuncia também a tradição (o velho): “Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto se explica por que esta moderna gramática traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. A nossa preocupação não residiu aí, mas na doutrina” (ibid., p.21).

O posicionamento que o sujeito autor deixa transparecer é de um sujeito cindido entre o velho e o novo. A questão da normatização da língua, porém, permanece forte na tessitura enunciativa que reconhece “*não se rompe de vez com uma tradição secular*”.

Quanto à exposição de que acompanha os progressos dos estudos da linguagem, dentro e fora do Brasil, o sujeito autor demonstra em várias passagens que tem conhecimento de causa, ainda que indefinido em suas enunciações:

Encontrarão os colegas de magistério, os alunos e quantos se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma um tratamento nôvo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos

prismas por que a tradição os apresentava [...] sabemos que as pessoas competentes poderão facilmente verificar que fizemos uma revisão em quase todos os assuntos de que se compõe este livro [...] (ibid., p.21).

Os deslocamentos que produz o autor para falar de tradição gramatical e os progressos da Lingüística promovem um movimento que ora o eleva à condição de gramático, ora ao lugar de lingüista. A passagem do prefácio que melhor o indica como lingüista talvez seja:

A orientação científica por que se norteia esta nossa moderna gramática, não seria possível sem a lição dos mestres (seria ocioso citá-los) que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina [...] Elegemos, entre êles, um dos mais ilustres para dedicar-lhe o nosso trabalho de hoje, aquêle que para nós nos é tão caro pelo muito que contribuiu para nossa formação lingüística: M. Said Ali... (ibid., p. 22)

O que percebemos ao longo das leituras dos prefácios, e introduções das obras de Bechara e mesmo nas inserções de rodapé, é a presença de inúmeros lingüistas que lhe delegam um lugar de reflexão na lingüística. Tal fato talvez seja compreendido como a necessidade do gramático em requerer a caução do lingüista para inscrever seu trabalho no lugar do avanço dos estudos lingüísticos, sem abandonar, contudo, a teoria gramatical.

Acompanhar os progressos da ciência da linguagem e estar à frente da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em alguns aspectos, faz com que o sujeito autor/gramático se desloque para o lugar do sujeito autor/lingüista. Ou seja, coloca-se no espaço da caução e da cientificidade que a lingüística promove.

Apesar do caráter enunciativo que re-significa autor e obra num contato direto com as novas idéias lingüísticas, visto que o gramático mobiliza elementos lexicais do campo da lingüística em seu texto, firma-se um perfil normativo na estruturação de toda obra. A lingüística ocupa ainda um pequeno espaço que vai do prefácio às notas de rodapé. A gramática com sua função consultiva serve aos interesses da Instituição Escolar e daqueles que esmeram por um tratamento estético da língua. São estes os guardiões do bem-falar e escrever. É a gramática como arte, a serviço do magistério brasileiro e dos alunos com aguçado sentimento estético.

É num ir e vir enunciativo que Bechara se significa como um sujeito cindido entre o velho (gramatical) e o novo (estudos modernos de linguagem). A enunciação de Bechara se dá, então, em dois espaços distintos, o da gramática normativa consultiva, a serviço de professores e alunos, e o da lingüística que configura um outro espaço enunciativo – o de produção de uma outra política lingüística, ou seja, a linguagem é estudada enquanto saber científico, definido-se uma linguagem formal, um objeto de estudo e um método de investigação.

A posição lingüista do autor fica um pouco mais evidente no texto introdutório de sua obra ao explicar “Que é uma língua”, como: “Entende-se por língua ou idioma o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende” (ibid, p. 23), considerando que Bechara assimila nesse lugar conceitos próprios da ciência lingüística como, por exemplo, “símbolos vocais arbitrários”.

A noção de arbitrariedade presente na concentração do que seja língua ou idioma estende-se a uma noção antropológica ao enunciar também que “[...] a língua é um fenômeno cultural [...] a língua não existe em si mesma: fora do homem é uma abstração, e no homem é o resultado de um patrimônio cultural que a sociedade transmite” (ibid, p. 23). Neste ponto, cita Sapir, consolidando sua visão antropológica de língua.

Para tratar das “modalidades de uma língua”, surge a apresentação de que a língua de civilização tem as modalidades: a) língua falada – vista como instrumento de comunicação, despojada dos rigores da norma e com inúmeros recursos lingüísticos e extra-lingüísticos a disposição do falante; b) língua escrita – que foge à linguagem ordinária e tem fins estéticos e expressivos. A citação de Bally empresta, mais uma vez, o percurso que o autor vai fazendo para se definir enquanto “lingüista”. Diz Bechara que a língua escrita é o espaço de ordenação especial das idéias. O que segundo Bally: “[...] é o que dá à língua escrita sua fisionomia particular: e assim se explica por que não é e porque será jamais idêntica à língua falada” (ibid., p. 24).

Mas é no lugar do “objeto da gramática” que emprestamos uma atenção especial pela forma como o autor enuncia sobre fatos da língua geral ou padrão.

Depois de emprestar olhar acurado às modalidades língua falada e língua escrita e versar sobre a diversidade das línguas ou falares regionais, o autor volta a enunciar como gramático, como se pode constatar na passagem que segue: “Mas dentro da diversidade das línguas ou falares regionais se sobrepõe um uso comum a tôda a área geográfica, fixada pela escola e utilizada pelas pessoas cultas: é isto o que constitui a língua geral, língua padrão ou oficial do país” (ibid., p.25).

A força da normatividade perpassa toda enunciação, produzindo significações de que mesmo reconhecendo os avanços dos estudos lingüísticos com seus diferentes métodos de investigar questões de linguagem, o autor se coloca enunciativamente no espaço que delega à escola o poder de preparar pessoas cultas, por ser ela a Instituição com direitos legais para o ensino da gramática; sendo o gramático a pessoa capaz de “[...] ordenar os fatos lingüísticos da língua padrão na sua época, para servirem às pessoas que começam a aprender o idioma também na sua época” (ibid., p.25).

Sendo a gramática preceituada, sempre, na tradição gramatical como a arte do bem falar e do bem escrever, curiosamente, Bechara introduz um novo argumento para se discutir o conceito e a função da tecnologia “gramática”. Reconhecendo ser a gramática eleita para registrar os fatos da língua geral (padrão) como se fosse um manual a ser consultado sobre como falar e bem escrever uma língua – emenda o autor que esta é a razão pela qual, “[...] ser a gramática ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte” (ibid., p. 25).

A noção de arte vem diretamente da gramática latina, a “Ars” latina = nome dado à gramática, tradução por sua vez da ‘techné’ grega e a de ciência pelos avanços dos estudos lingüísticos no exterior e no Brasil, ou seja, pelo reconhecimento de que a lingüística é uma ciência, e o sujeito gramático pode aliar, pacificamente, arte e ciência. Assim sendo, é este o lugar da enunciação que re-significa o sujeito/gramático que se põe na constituição de um percurso que soa como inovador, indo em defesa do gramático

como ordenador dos fatos lingüísticos da língua padrão na sua época e não como legislador do idioma ou tirano que defende a imutabilidade do sistema expressivo.

O que está em jogo na discussão entre arte e ciência, entre gramática e ciência, é a oposição entre conhecimento geral, logo científico, do funcionamento da linguagem e conhecimento particular, isto é, técnico, pedagógico, de uma língua, de um idioma em particular – além da relação com a gramática histórica e comparada, que em muitos discursos sobre a lingüística moderna, é considerada o “início” do conhecimento científico sobre a língua, desconsiderando-se como “não científico” tudo o que veio antes, visão que se encontra resumida, por exemplo, na primeira parte da História da Lingüística de Mattoso. Essa visão é criticada por Auroux (1992), que mostra que o conhecimento gramatical é um dos pilares do conhecimento lingüístico atual considerado científico.

A idéia de que a gramática é ciência aparece no tópico “Divisão da Gramática”, de Bechara (1967), em que se pontua: “A gramática pode estudar: a) uma época determinada, b) uma seqüência de fases evolutivas de um idioma ou; c) de vários idiomas” (ibid., p. 25). Os itens b e c são enquadrados na Gramática Histórica e Gramática Comparada, divergindo, portanto, do item a por ser este obra da ciência. Dito de outra forma, se não é o gramático um tirano da imutabilidade ou legislador da língua, mas ordenador dos fatos lingüísticos da língua padrão na sua época a serviço das pessoas que iniciam a aprendizagem do idioma também na sua época – é ele resignificado no campo da ciência da Lingüística.

O respeito e o apreço que Bechara demonstra em seus escritos ao mestre e amigo M-Said Ali, talvez seja definidor para compreender a trajetória que vai construindo para se inscrever como um gramático/lingüista que se inova, aliando arte e ciência.

Em M. Said Ali (1964, p. 15), no tópico “Gramática e sua Divisão”, tem-se a exposição do que seja Gramática Histórica e Gramática Descritiva, sendo esta última caracterizada como prática e científica. É daí que, provavelmente, Bechara toma por empréstimo a noção de que a gramática pode ser ao mesmo tempo “arte”, a estética do bem falar e escrever, e ciência, organizada num campo do

saber a partir da especificação de investimentos de procedimentos totalmente científicos como o são os da ciência lingüística. Como melhor ilustração transcrevemos parte do tópico

A gramática de uma língua pode ser histórica e descritiva. Gramática Histórica é aquela que estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a origem até a época presente. A Gramática Descritiva é a que expõe os fatos da língua atual. A gramática descritiva é prática quando tem principalmente em vista ensinar a falar e a escrever corretamente; é científica quando procura esclarecer vários fatos à luz da linguagem e da gramática histórica (SAID-ALI, 1964, p. 15).

O visível no percurso enunciativo de Bechara é que há um reclame da caução da lingüística em seu discurso, por ser a lingüística vista como a autoridade capaz de dizer como a língua funciona.

O trabalho de Bechara se inscreve no discurso de Política de Língua (norma), ou seja, movimento de prescrição de um padrão de língua a ser seguido, e no da ciência (lingüística). No entanto, sua obra só é gramática por não se reduzir à análise lingüística.

Agustini (2001, p. 121), ao analisar obras de Bechara, conclui que

[...] o modo como a lingüística aparece na gramática é efeito desta conjugação de contraditórios, restringindo-se à introdução e às notas, seja de texto, seja de rodapé, figurando sob o modo de citações diretas ou indiretas. A citação transfere a autoridade do lingüista para o dizer da gramática, instituindo a separação das disciplinas, lingüística e gramática; mas produzindo uma indistinção entre ciência e gramática.

É pela citação da lingüística que a gramática é re-significada.

Em uma análise que não se esgota, pelo nosso conhecimento incipiente, e pela natureza deste trabalho, podemos dizer que a nomeação de “Moderna Gramática Portuguesa” (1967) enuncia o argumento do novo pela adjetivação “moderna”.

A política de língua se configura numa relação com diferentes práticas e formas de produção de conhecimento, mas é certo que não há política lingüística sem gramática. Por esta razão, passamos ao próximo tópico deste trabalho, que imprimirá um olhar sobre a obra “Curso Moderno de Português – 1969 – 2º volume de Evanildo Bechara”.

3.1.2 *Curso Moderno de Português* (1969)

A linguagem que Bechara utiliza para se dirigir ao “Jovem Estudante”, na abertura de sua obra ***Curso Moderno de Português*** (1969), é envolvente e convidativa. A figura do autor, na verdade, é substituída pela do livro que ganha voz para realizar um convite: “Eis aqui um livro que não pretende ser apenas um companheiro para ajudá-lo a “passar de ano”. Êle deseja mais do que isso. Deseja convidá-lo a estudar a língua portuguesa de modo ameno, mas sério” (BECHARA, 1969, p. 15).

A nomeação desta obra, por si só, designa seu caráter pedagógico. É um “Curso Moderno de Português” destinado a um público específico. Sendo este o segundo volume de uma coletânea de quatro obras – configura-se por um domínio normativo, mas traz no seu bojo a introdução do novo que reforça a instalação da lingüística como fonte de re-significação de suas obras e de seu percurso enunciativo.

A imagem de que o gramático cria para si, ao longo de seus prefácios, introdução, agradecimentos e similares, inscreve sua produção numa relação de sentidos múltiplos que põe a sua obra gramatical como constitutiva dos “Estudos do Português no Brasil” e que faz parte de uma história da gramática que possui um percurso enunciativo que re-significa e re-atualiza a gramática.

Fazendo emergir sentidos ao tomar a questão “A língua portuguesa e o Brasil” retoma os acontecimentos históricos que marcaram o processo de descoberta e colonização do Brasil por Portugal. Só que aqui, o gramático deixa transparecer o discurso do respeito à “florescente civilização lusitana” pelo idioma que hoje falamos. Fato este suficiente para olharmos com “[...] amor a língua que nos serve de instrumento de comunicação com nossos semelhantes” (ibid., p. 17).

Bechara estabelece como objetivos para a série dos “4 volumes” deste curso: “[...] com correção, eficiência e elegância - falá-la, lê-la, escrevê-la e entendê-la” (ibid., p. 17).

De um lado, o gramático parece reivindicar que se maneje a língua corretamente em respeito aos nossos colonizadores. De ou-

tro lado, repõe a questão da lingüística pelo dizer que “[...] é tarefa da Gramática Portuguesa sistematizar os fatos do idioma português” (ibid., p. 17).

A remissão do dizer às condições de produção das gramáticas fortalece sobremaneira a compreensão de como as mesmas se organizaram, e como organizaram as repetições de outros autores. Isso é considerar as condições de historicidade e não fazer historiografia. Aqui, relembramos as condições históricas da década de 60 com a entrada da lingüística nos currículos mínimos dos Cursos de Letras e a implantação dos cursos de Pós-Graduação. Reconhecem-se, nesta década, acontecimentos lingüísticos que dão uma singularidade a história do saber metalingüístico e da constituição dos Estudos do Português do Brasil.

Em síntese podemos dizer que a autoria da gramática é constitutiva do discurso de gramática e, no caso de Bechara, a enunciação se firma entre o velho e o novo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho levou-nos a realização de várias leituras sobre a História da Língua Portuguesa, bem como do Processo de Constituição dos Estudos do Português do Brasil – considerando para tal a produção de gramáticas.

O recorte que fizemos selecionou a década de 60 e duas obras de Evanildo Bechara (1967 e 1969) como objeto de estudo, num percurso enunciativo.

Ao procedermos às análises ficou visível que o autor / gramático se apresenta como um sujeito cindido entre o velho (princípios normativos da língua) e o novo (a lingüística).

Os textos de entradas das duas obras sobre os quais voltamos nosso olhar deixam clara a posição do sujeito cindido que respeita a gramática e empresta-lhe um novo olhar (o da lingüística). Assim, se re-significa e se re-atualiza como gramático-lingüista e reconhece que a gramática pode ser ao mesmo tempo arte e ciência.

Ao reclamar a caução da lingüística para ditar o funcionamento da língua, o gramático se põe num espaço que o torna dividido entre um mecanicismo que propõe lições de exercícios

para se atingir o aperfeiçoamento da linguagem cotidiana, e o reconhecimento de que na época dos computadores o estudo da língua não pode ser visto como um amontoado de regras indigestas que a tradição literária nos legou e quer resguardar.

O aspecto que marca o percurso enunciativo de Bechara – nas obras analisadas, diz respeito às influências que o mesmo teve de autores lingüistas de fora e do Brasil. É nesse lugar que se pára para reflexões lingüísticas que incidem na formulação de idéias sobre o pensamento gramatical no Brasil

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes. **Moderna Gramática Portuguesa. Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, n. 6, 2001.
- AUROX, Silvain. **A Revolução da Gramatização**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- BALDINI, Lauro. A NGB e Autoria do Discurso Gramatical. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, n. 1, 1998.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____. **Curso Moderno de Português**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v. 2.
- BRAIT, Beth (org). **Estudos Enunciativos no Brasil: Histórias e Perspectivas**. São Paulo: Pontes, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo. Os Estudos da Significação no Brasil: Uma História entre o natural e o histórico no século XIX. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, n. 4, 1999.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs). **Língua e Cidadania**. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. **Institucionalização dos Estudos da Linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas**. Campinas: Pontes, 2002.
- HOUAISS, Antônio. **O Português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Unibrad/Unesco, 1985.
- MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Língua Brasileira**. Campinas: Pontes, 1994.

- _____. O Estado, A Gramática, A Autoria: Língua e Conhecimento Lingüístico. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, n. 5, 2000.
- SAID ALI, Manuel. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3. ed. Brasília: Editora da UNB, 1964.
- TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.